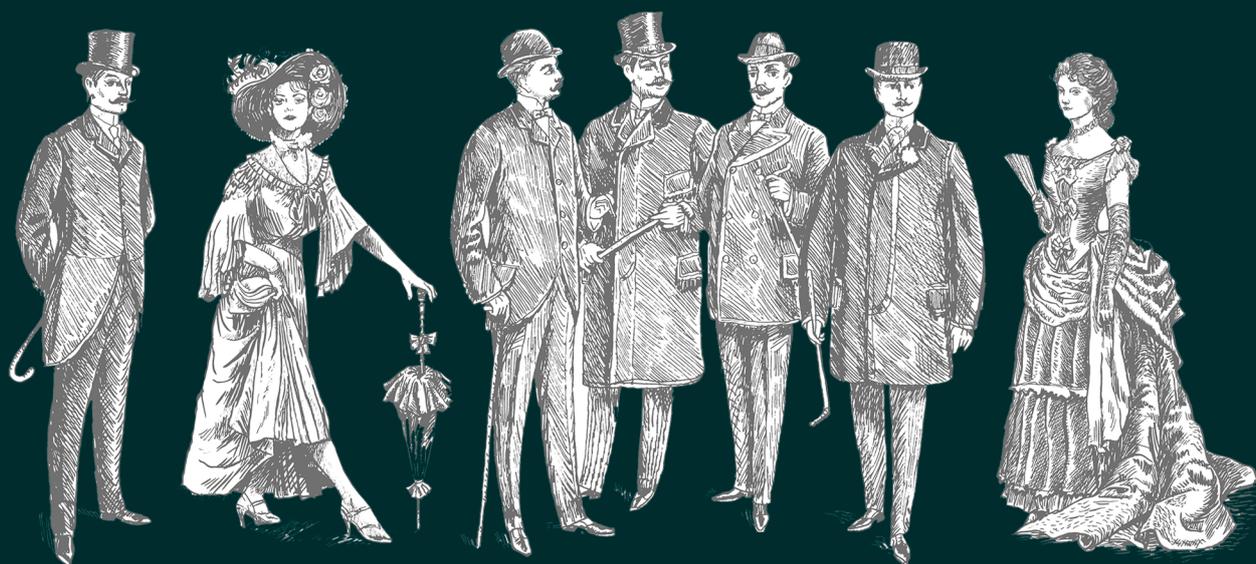


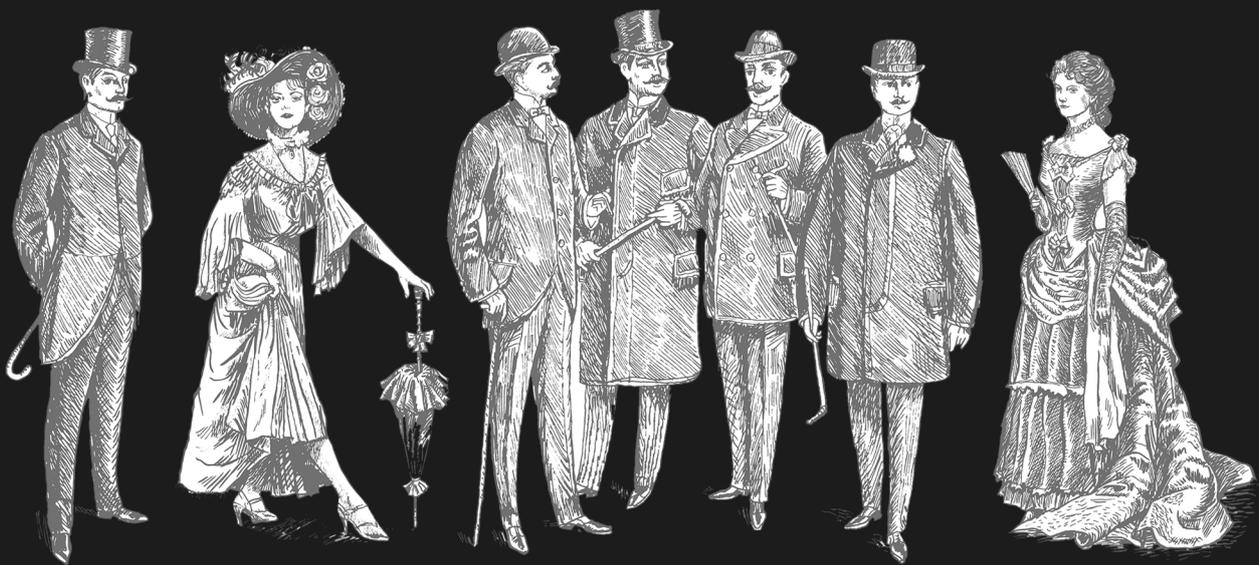
Sentidos e Sujeitos: Elementos que dão Consistência à História

Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)



Sentidos e Sujeitos: Elementos que dão Consistência à História

Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Sentidos e sujeitos:
elementos que dão consistência à
história**

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Karine de Lima Wisniewski
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

S478 Sentidos e sujeitos [recurso eletrônico] : elementos que dão consistência à história / Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do Espírito Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-323-1
DOI 10.22533/at.ed.231201808

1. Aprendizagem. 2. Conhecimento. 3. Prática de ensino
I.Pereira, Denise. II. Espírito Santo, Janaína de Paula do.
CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O modo com que nos relacionamos com o conhecimento impacta diretamente o processo de ensino aprendizagem e também no modo como encaramos o processo de construção do conhecimento como todo. Há, da mesma maneira uma diferença no tratamento que damos à tensão existente entre a informação produzida pela ciência e aquela a que temos acesso cotidianamente, que reside exatamente na conexão que estamos dispostos a reconhecer entre o conhecimento, a informação e a experiência cotidiana dos indivíduos. De maneira geral, essa relação é vista atualmente, como um elemento de embates e resistências, em uma dinâmica própria, que não é sempre harmônica. Essa espécie de tensão é particularmente visível no momento em que vivemos: há uma espécie conservadorismo que está em crescimento no Brasil atualmente se alimenta dela, e que se coloca, muitas vezes como resistente a ciência de referência e aos consensos científicos reconhecidos. Há uma factualização das informações que passam a fazer sentido para o indivíduo validadas especialmente pela sua própria experiência com o real. Assim, os “espaços de domínio público” do conhecimento vem ganhando cada vez mais dimensão no processo da formação de opiniões, posicionamentos e referenciais das pessoas.

Esse movimento não é um fenômeno apenas nacional, mas se verifica em diferentes partes do globo, o que demonstram a necessidade de um aprofundamento no entendimento do funcionamento destes espaços de difusão da informação e na maneira como os sujeitos e os sentidos do real são constituídos. O pensamento é construído no espaço de relação entre as pessoas, no reconhecimento e na interação dos indivíduos. Da mesma forma em que os saberes e a ciência se expressam por meio de linguagens, mas não se reduzem a elas. É na relação, no reconhecimento e na exploração da construção de sentido dos grupos humanos e reconhecimento dos sujeitos como elementos formadores desse sentido (que portanto, se está contido na maneira em que cada indivíduo constrói sua experiência do real) que a história adquire profundidade, riqueza e forma. É dessa experiência que o conhecimento histórico, se estabelece, se compõe e constrói significados.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Janaína de Paula do E. Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CONTRIBUIÇÃO DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA PARA A QUALIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL DOCENTE	
Maria Lidiane Santos Silva Nilda Aparecida Pascoal Rezende	
DOI 10.22533/at.ed.2312018081	
CAPÍTULO 2	17
A QUESTÃO RACIAL À LUZ DA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DOS REBATIMENTOS APÓS GOLPE DE ESTADO DE 2016	
Cristiane Medeiros dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.2312018082	
CAPÍTULO 3	33
A RELEVÂNCIA DA ACESSIBILIDADE NO MERCADO DE TRABALHO: ESTUDO DE CASO NA HIALA METALÚRGICA	
Isana Ferreira Fernandes dos Santos Delvania dos Santos Freitas Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2312018083	
CAPÍTULO 4	47
A SOCIEDADE RECREAÇÃO FAMILIAR JAGUARENSE EM JAGUARÃO RS (1852 – 1881)	
Alan Dutra de Melo Ronaldo Bernardino Colvero	
DOI 10.22533/at.ed.2312018084	
CAPÍTULO 5	62
EXPERIÊNCIAS E LUTAS DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE PERNAMBUCO NO PERÍODO DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA (1979-1985)	
Max Rodolfo Roque da Silva André Gustavo Ferreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2312018085	
CAPÍTULO 6	74
FONTES ORAIS E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA NA PESQUISA COM BENZEDEIRAS E CURANDEIRAS EM CHAPECÓ/SC	
Alex Junior Rapczynski	
DOI 10.22533/at.ed.2312018086	
CAPÍTULO 7	80
HISTÓRIA DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO E FORMAÇÕES DISCURSIVAS NO BRASIL IMPERIAL: PRINCÍPIOS, SABERES E SUJEITOS	
Diego Dias Salgado	
DOI 10.22533/at.ed.2312018087	
CAPÍTULO 8	92
O DECRETO Nº 500/1955 NO CONTEXTO DA LEGISLAÇÃO FUNDIÁRIA: CONFLITOS AGRÁRIOS E GESTÃO DAS TERRAS DEVOLUTAS EM GOIÁS (1955-1958)	
Matheus de Araujo Martins Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.2312018088	

CAPÍTULO 9	103
O PROBLEMA DA MEDIÇÃO NA MECÂNICA QUÂNTICA: ANÁLISE LÓGICA DE ALGUMAS TENTATIVAS DE SOLUÇÃO	
Moisés Romanazzi Tôrres	
DOI 10.22533/at.ed.2312018089	
CAPÍTULO 10	119
O RURAL, O URBANO, E A QUESTÃO DOS BRASIGUAIOS NA FRONTEIRA PARAGUAI-BRASIL, A PARTIR DE APROPRIAÇÕES MUDIÁTICAS	
Roberta Brandalise	
DOI 10.22533/at.ed.23120180810	
CAPÍTULO 11	130
O SUJEITO DO DISCURSO IMOBILIARIO NA REGIÃO NORTE DE MATO GROSSO: ONTEM E HOJE	
Luciane Lucyk	
DOI 10.22533/at.ed.23120180811	
CAPÍTULO 12	142
OS ESTUDOS DAS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL E OS DILEMAS PARA O CUMPRIMENTO DA APLICAÇÃO DA LEI 10639/2003	
Pedro Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.23120180812	
CAPÍTULO 13	157
<i>SOMOS MULHERES, SOMOS POVO, SOMOS HISTÓRIA, SOMOS RESISTÊNCIA!</i> : REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO POLÍTICA E PROCESSOS EDUCATIVOS DAS MULHERES SEM TERRA NO MST	
Flávia Pereira Machado	
DOI 10.22533/at.ed.23120180813	
CAPÍTULO 14	171
TEMPESTADE OU TEMPO FIRME: ANÁLISE HISTÓRICA E POLÍTICA SOBRE A PRESENÇA DE DEMOCRACIA NO BRASIL	
Fernanda Viana Falkoski	
DOI 10.22533/at.ed.23120180814	
CAPÍTULO 15	183
VAI NA BRASILEIRARAGEM: MEMÓRIA COLETIVA E IDENTIDADE NACIONAL EM UM ANÚNCIO DA NIKE DA COPA DO MUNDO DE 2018	
Kelly Cristina Torres de Barros Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.23120180815	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	196
ÍNDICE REMISSIVO	197

HISTÓRIA DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO E FORMAÇÕES DISCURSIVAS NO BRASIL IMPERIAL: PRINCÍPIOS, SABERES E SUJEITOS

Data de aceite: 10/08/2020

Data de submissão: 06/05/2020

Diego Dias Salgado

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Faculdade de Educação

Rio de Janeiro (RJ)

<http://lattes.cnpq.br/8739419751138343>

RESUMO: O presente capítulo objetiva elucidar o caráter histórico da escolarização no Império Brasileiro através de pertinentes indagações a respeito das participações de distintos agentes atrelados às sociedades política e civil. Deste modo, é concebível destacar que tais ocorrências vinculam-se à conjuntura sociopolítica pela qual o Brasil perpassava no século XIX e às multifacetadas forças, formas e sujeitos que estavam envolvidos na construção de ideários de nação específicos, imersos nos debates inerentes ao campo educacional, que deram a ver o surgimento de tensões e disputas em seu interior. Utilizo como referenciais teórico-metodológicos: ARANHA (2006), CALLAI (2009), FOUCAULT (2008), GIACOMONI e VARGAS (2010), GONDRA e SCHNEIDER (2011), HAENGGELI-JENNI et al. (2014), LIMEIRA e TEIXEIRA (2012), LUCKESI (1994), SILVA (2006), SILY (2019) e VARELA

e ALVAREZ-URIA (1992). Neste sentido, por intermédio das contribuições do pensamento foucaultiano, também será possível questionar interpretações que concebem as experiências de escolarização no Brasil imperial como constitutivas de um caráter estanque e ultrapassado. Logo, as considerações referentes à escolarização nos oitocentos devem-se munir de um elaborado compromisso com as complexidades e pluralidades existentes entre as organizações enunciativas e formações discursivas legitimadas pelas práticas de diferentes sujeitos naquele tempo-espço.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação, História do Processo de Escolarização, Formações discursivas.

HISTORY OF THE SCHOOLING PROCESS
AND DISCURSIVE TRAINING IN IMPERIAL
BRAZIL: PRINCIPLES, KNOWLEDGE AND
SUBJECTS

ABSTRACT: This chapter aims to elucidate the historical character of schooling in the Brazilian Empire through pertinent inquiries regarding the participation of different agents linked to political and civil societies. Thus, it is conceivable to point out that such occurrences are linked to

the sociopolitical conjuncture through which Brazil passed in the 19th century and to the multifaceted forces, forms and subjects that were involved in the construction of specific nation ideals, immersed in the debates inherent to the educational field, which gave rise to tensions and disputes within it. I use ARANHA (2006), CALLAI (2009), FOUCAULT (2008), GIACOMONI e VARGAS (2010), GONDRA e SCHNEIDER (2011), HAENGGELI-JENNI et al. (2014), LIMEIRA e TEIXEIRA (2012), LUCKESI (1994), SILVA (2006), SILY (2019) and VARELA e ALVAREZ-URIA (1992) as theoretical and methodological references. In this sense, through the contributions of Foucaultian thought, it will also be possible to question interpretations that conceive the experiences of schooling in imperial Brazil as constituting a watertight and outdated character. Therefore, the considerations regarding schooling in the eighteen hundred must be equipped with an elaborate commitment to the complexities and pluralities existing among enunciative organizations and discursive formations legitimated by the practices of different subjects in that space-time.

KEYWORDS: History of Education, History of the Process of Schooling, Discursive formations.

1 | INTRODUÇÃO

As lentes de um historiador da educação devem ser aquelas que não apenas promovem visões críticas sobre algum acontecimento passado no campo educacional que porventura possa revelar algum resquício de práticas humanas no cenário social do presente. Antes, elas precisam inquietar o pesquisador, favorecer a brilhante possibilidade de saída das zonas de conforto que tornam inférteis, pela ausência de indagações e metodologias pertinentes no acesso às suas fontes¹, os meios pelos quais ele poderia desbravar novos caminhos para a resolução de suas questões de pesquisa, alicerçados em alguma abordagem temática que a historiografia educacional oportuniza².

A história do processo de escolarização no Brasil deve ser examinada em sua amplitude, nas especificidades das formações enunciativas e discursivas que a compuseram, não apenas devendo ser tratada pelo aparato das problematizações de conjunturas históricas e políticas. Certamente, não devemos desconsiderar a relevância que os abarcamentos macrossociais³ possuem em nossos percursos gnosiológicos⁴ no trato com os conhecimentos históricos da educação. No entanto, como elemento integrador a eles, torna-se imprescindível o entendimento da participação dos variados sujeitos envolvidos nesta trama, direta ou indiretamente, isto é, através do estabelecimento de suas memórias individuais e coletivas⁵ que, quando interligadas às assimilações inerentes

1 Ver Castro, 2017.

2 Cf. Machado e Rodrigues, 2017.

3 Podendo ser concebidos como acontecimentos vinculados a ordens externas aos sujeitos da população governada, tais como as políticas e econômicas, quando das deliberações executadas apenas por membros da classe dirigente, por exemplo.

4 A Gnosiologia refere-se à área da filosofia que estuda a teoria do conhecimento. Para melhores compreensões: Cf. Aranha, 2006.

5 Sobre memórias coletivas e individuais: cf. Rios, 2015.

às experiências propiciadas pelas passagens na vida escolar ou nos demais espaços políticos de deliberação sobre o seu funcionamento, revelam os embates expressos em inúmeras relações de poder.

Limeira e Teixeira (2012) resenharam obra de destaque na historiografia educacional brasileira, publicada em 2008, cujo título é ***Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro***, de Alessandra Frota Martinez de Schueler⁶ e José Gonçalves Gondra⁷. Nesta resenha, as autoras destacam a escolha de assuntos que Gondra e Schueler propuseram a destaque no contato com a temática dos processos de escolarização oitocentistas, que são, a saber: Formas do Brasil e formas da educação; as forças educativas; as formas educativas e os sujeitos da ação educativa.

Ao perspectivarmos as abrangências e os contornos adquiridos pelas capilaridades que a educação e a instrução iam promovendo no cenário sociopolítico imperial, observamos a multiplicidade de ações vinculadas à atuação das instâncias estatal, religiosa e social; bem como das integrações que estas perspectivas educativas e instrucionais possuíam com o cenário instituído pela emancipação política brasileira em 1822; da pluralidade das formas educativas nos três níveis de ensino (elementar, secundário e superior) e das participações de “mulheres, homens, negros, escravos, libertos, indígenas, ingênuos, crianças, brasileiros, imigrantes, naturalizados, famílias inteiras e abandonados”. (LIMEIRA e TEIXEIRA, 2012, p. 707)

Trata-se, portanto, de compreendermos tais princípios e debates unidos às ações plurais de diversos agentes⁸ que se organizavam em instâncias e núcleos associativos específicos, na gestão de assuntos que convergiam à escolarização da população pertencente à nação recém-instalada. Pode-se observar, também, a participação de outros sujeitos - portadores de distintas particularidades sociais, culturais, políticas e econômicas - que propuseram, de acordo com as suas concepções de educação e sociedade, as experiências socioculturais e político-econômicas que, paulatinamente, foram adquirindo diferentes consistências nas dimensões locais, regionais e nacionais brasileiras.

2 | PROJETOS E EXPERIÊNCIAS DE ESCOLARIZAÇÃO NO IMPÉRIO BRASILEIRO: UMA GENEALOGIA DE HISTORICIDADES

Conceber a instrução no mundo ocidental como “estratégia civilizatória” e a instituição escolar como “instrumento estatal forjado para o governo dos corpos de crianças” (SILY, 2019, p.1) pode ser um aceitável recurso utilizado para futuras imersões problematizadoras

6 Atualmente, é professora associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, na área de História da Educação (FEUFF).

7 Professor titular da área de História da Educação – Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (EDU/UERJ).

8 Trata-se de ações promovidas por educadores, políticos, juristas, literatos, economistas, estatísticos, eclesiásticos, arquitetos, engenheiros, médicos higienistas, editores e demais colaboradores de impressos periódicos especializados (jornais, revistas, dentre outros) etc.

a este respeito. Ao relativizarmos as condicionantes sócio-históricas que possibilitaram o surgimento da escola nacional podemos nos lançar em abordagens historiográfico-metodológicas pautadas no que convencionou-se chamar de “*l’archéologie du savoir*”⁹.

A título de exemplo, cabe ressaltar que o aparecimento do componente escolar na sociedade burguesa pode-nos servir como um dos elementos reveladores da verdadeira face que a estratificação social assume na sociedade capitalista, que porta as extremas desigualdades de acesso a bens básicos de existência como pressupostos basilares que integram-se à manutenção de sua hegemônica posição política no contexto social do Ocidente. Deste modo, como não interrogar os reais aspectos sócio-históricos que forjaram e estabilizaram o discurso da instituição escolar como locus privilegiado de socialização? As consolidações de práticas, princípios e saberes integrados às diversas experiências socioculturais fornecidas pelos espaços de escolarização? O importante papel das reformas educacionais que, de acordo com Sily (2019, p. 1-2), podem-nos servir como “vias de entrada para um estudo ampliado quanto à escolarização em curso no início da segunda metade do século XIX”?

Nesta perspectiva, as análises históricas¹⁰ sobre o processo de escolarização nos possibilitam indagações - e autoquestionamentos - que, via de regra, nos conduzem aos múltiplos olhares que os conhecimentos adquiridos a respeito desta temática nos proporcionam, podendo ser executadas por intermédio do método-historiográfico foucaultiano da arqueologia do saber¹¹.

Dentre outros matizes que nos auxiliam neste percurso dedutivo, podemos, também, observar que a coexistência da complexidade e diversidade de ações sociais vividas no século XIX acabaram por evidenciar a noção de experiência educativa não plenamente determinada por marcos de uma história político-administrativa centrada nas divisões - Colônia, Império e República. Tal concepção lança em terreno a possibilidade de um distanciamento das ideias e discursos que rotulavam a educação oitocentista como constitutiva das representações do atraso. (LIMEIRA e TEIXEIRA, 2012, p. 704)

9 De acordo com Foucault (2008), a prática da arqueologia do saber configura-se pela observação das regularidades discursivas analisadas em seus processos constitutivos (suas unidades e formações; os objetos, modalidades enunciativas, conceitos e estratégias que são forjados pelos indivíduos para a consolidação de práticas humanas na sociedade); do papel assumido pelos enunciados e pelos arquivos nestas investigações; bem como da descrição arqueológica, que se fundamenta em conceitos como arqueologia, ciência, saber, contradições etc.

10 É possível afirmar que, na pesquisa histórica, não haja um “receituário” que possa nos conduzir a uma única prática investigativa no bojo do campo educacional. Conforme destacam Machado e Rodrigues (2017), o diálogo que o historiador da educação pode ter com as suas fontes de investigação devem-se munir de uma visão que o possibilite desvendar as especificidades dos conteúdos, tornando-os compreensíveis, de modo a favorecer suas capacidades de síntese e crítica.

11 Desde janeiro de 2017, integro o Núcleo de Ensino e Pesquisa em História da Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NEPHE-Uerj). Quando defini os meus objetos de pesquisa – A arquitetura escolar oitocentista presente em publicações de impressos pedagógicos e as histórias dos processos de escolarização e das instituições escolares - juntamente às orientações/sugestões de professores pesquisadores como Aline de Moraes Limeira, Andrés Eduardo Garcia Lainez e José Gonçalves Gondra, igualmente os demais participantes do grupo, pude recorrer às leituras sobre a história do pensamento foucaultiano e acabei por encontrar uma possibilidade metodológica (da arqueologia do saber) no trato com as revistas/fontes nas quais eu pesquisava (The American Journal of Education; Revista Pedagógica; Revista Instrução Nacional).

A observação das tensões entre diferentes segmentos das sociedades civil e política em suas disputas narrativas, experiências socioculturais e proposições legislativas nos convidam a refletir sobre a história da educação brasileira em sua historicidade¹². Deste modo, exponho a importância de compreendermos as diferenças entre os significados de dois termos que muito nos auxiliam em nossos estudos e pesquisas sobre a história do processo de escolarização: **educação e instrução**.

Conforme destacam Gondra e Schneider (2011, p. 12), o termo educação parece se vincular a um conjunto de ações mais difusas que se direcionam a condutas de distintos sujeitos sociais; por sua vez, instrução se insere aos contextos de escolarização através de práticas voltadas para organizar e legitimar o equipamento escolar.

A maquinaria escolar da sociedade burguesa ocidental não surgiu ao acaso. Assim sendo, ratifico que a compreensão do cenário sociopolítico dos oitocentos adquire importante papel nestas investigações. O trabalho com a multiescalaridade¹³, estabelecido no contato com os debates relativos à história do processo de escolarização, torna-se possível, uma vez que a análise das relações entre o local, o nacional e o global nos concede o entendimento das trocas de ideias, princípios e saberes entre distintos agentes que discursavam sobre os papéis que a educação e a instrução poderiam assumir na formação do cidadão moderno, que deveria se dissociar, segundo seus princípios axiológicos¹⁴, daquilo que convencionaram chamar de “barbárie”.

Em linguagem metafórica, manifestam-se as questões: o processo de escolarização teria em suas mãos um opulento convite à civilização¹⁵? Convocação que omitia as reais intencionalidades políticas da classe dirigente para a conservação de seus valores e crenças?

A escolarização no Brasil não se propagava na sociedade desassociada dos acontecimentos sociopolíticos, culturais e econômicos externos. É possível observar em impressos especializados¹⁶ a participação de agentes atrelados ao campo educacional

12 “Já sabemos que o pensamento e a cultura dos homens nascem de uma subjetividade que se fecunda por um processo histórico-social que a provoca, desafia e condiciona, situando-a nos limites determinantes de sua contingência. Nem por isso, contudo, deixa de ser relevante a tentativa de se retomar historicamente o desenvolvimento das ideias geradas pelos homens em face aos desafios que tiveram que enfrentar. Quaisquer que tenham sido estas ideias, ou seus compromissos ideológicos, elas constituem as respostas que os homens deram aos problemas que enfrentaram naquele momento histórico”. (Severino, 1992).

13 ver Callai, 2009.

14 “A partir do século XIX, quando surgiu a teoria dos valores ou axiologia como disciplina filosófica, o conceito valor adquiriu um sentido específico na discussão sobre o que é bom, o que é estimado e também aquilo que deve ser realizado ou que serve para orientar a ação. Ainda que, com maior frequência, a axiologia seja relacionada aos valores éticos, seu campo se estende também aos valores estéticos e políticos, além de outros, tais como os valores econômicos, vitais, lógicos, religiosos, de utilidade e assim por diante”. (Aranha, 2006)

15 O termo “civilização” pode ser frequentemente encontrado em matérias jornalísticas de periódicos especializados, bem como nos textos/anúncios que compuseram seções de revistas do campo pedagógico e afins, ao abordarem as temáticas da educação, do ensino e da instrução. É possível observar, nestas pesquisas, que geralmente esta ideia de “civilidade” associa-se, implícita ou explicitamente, à concepção de barbárie.

16 Ver edições dos periódicos O PAIZ e A NOITE, no sítio virtual da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Ao pesquisar os termos “educação” e “instrução”, após selecionar o recorte temporal – por década – que se deseja pesquisar, será possível observar algumas destas ocorrências. A título de exemplo, selecionei dois impressos à exposição, sendo ambos jornais de grande circulação, administrados por membros da classe dominante. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>

no Brasil que, recorrentemente, faziam viagens pedagógicas à Europa e aos Estados Unidos da América do Norte para tomarem consciência das “inovações” que lá emergiam. Nestes periódicos, eram publicadas informações sobre dados quantitativos e qualitativos referentes à educação, ao ensino e à instrução em outros países.

Tendo em vista as diferenças geográficas, socioculturais e político-econômicas existentes entre o Brasil e os territórios supramencionados, é possível afirmar que os reformadores educacionais brasileiros não se apropriavam completamente dos discursos de considerações previstas em legislações, conferências e congressos do exterior. Porém, por mais que existissem, sim, certas iniciativas que objetivavam implementar valores europeus e norte-americanos na educação e na instrução brasileiras, tais tarefas tornavam-se praticamente inaplicáveis, uma vez que as conjunturas sociais e políticas brasileiras demonstravam os graus insustentáveis de contradição que por aqui eram ampliados.

Convém examinarmos o cenário político internacional/europeu, no século XIX e em momentos antecessores, para melhores compreensões sobre a história do processo de escolarização no Brasil¹⁷, haja vista a emergência de estabelecermos nexos entre os acontecimentos nacionais e globais.

Segundo Aranha (2006), a queda do Antigo Regime, no século XVIII, promoveu a emergência de outra ideia de cidadania. Foi por meio do recrudescimento do processo de industrialização que a ascensão burguesa foi consolidada na sociedade, reverberando, assim, nas transformações sociais que agudizaram os conflitos de classes no decorrer dos oitocentos.

Além disso, com as alterações nas relações de produção, o desenvolvimento do sistema fabril em consideráveis escalas, a aplicação de técnicas e metodologias inovadoras na agricultura, a revolução nos transportes com a criação de rodovias, ferrovias e o navio a vapor, o surgimento de novas fontes de energia (petróleo e eletricidade postos em substituição ao carvão), o êxodo rural acentuado – compreendido como o amplo processo de deslocamento da população camponesa para os espaços urbanos que, neste caso, tornou-se massa trabalhadora, houve o inevitável aparecimento dos contrastes entre a riqueza e a pobreza no XIX.

O olhar distanciado das concepções historiográficas da educação que dão a ver o processo de escolarização oitocentista brasileiro sob o amparo de caráter obscuro e

hdb/periodico.aspx. Acesso em: 03/05/2020.

17 Aqui, não visou expor as conjunturas sociopolíticas e econômicas da Europa como fatores determinantes que se direcionam ao estabelecimento do processo de escolarização no Brasil Imperial. No decorrer deste trabalho, objetivo demonstrar a multiplicidade de ações que recrudesceram os debates sobre a educação e a instrução no século XIX em território brasileiro. Desta forma, tendo em vista a análise feita em alguns periódicos (*The American Journal of Education*, *Revista Instrução Nacional* e *O Paiz*) produzidos nos Estados Unidos da América e no Brasil, entre 1855 e 1930, e os conteúdos que neles existiam sobre as considerações que homens letrados e ilustrados propuseram aos processos de escolarização oitocentista, achei necessário abordar estes acontecimentos macrosociais do exterior para, posteriormente, problematizar o surgimento de novas práticas de assimilação sociocultural em contraposição às continuidades das vivências plurais que por aqui existiam.

estático - sem quaisquer possibilidades analíticas fundamentadas na historicidade dos acontecimentos que permeiam a temática em questão - faz-se presente e sobremodo necessário em nossa busca pela genealogia das peças que compuseram o aparecimento da escola nacional.

Varela e Alvarez-Uria (1992) destacam, ao descreverem os elementos encaminhados à maquinaria escolar da sociedade burguesa, que é através do **surgimento de um estatuto da infância** que se legitima a **criação de um corpo de especialistas** que define “cientificamente” conceitos, princípios e saberes voltados a esta categoria geracional. Ademais, emerge a necessidade de **construção de espaços específicos destinados ao processo ensino-aprendizagem dos infantes, os edifícios escolares** - cuja força motriz que permite as reais condições para seu advento e conseqüentes assimilações nos cenários urbanos deu-se por intermédio da apropriação de ideias e valores presentes em discursos de vários agentes sociais, tais como: professores, médicos higienistas, arquitetos, engenheiros, juristas, políticos etc. Em vista disso, salientam que tais iniciativas eram pautadas na **destruição de outros modos de educação**, e que a **sanção jurídico-política da obrigatoriedade escolar** se tornou a última peça que propiciou a consolidação da escola que deveria forjar o cidadão moderno pela inculcação de condutas disciplinares, moralizantes e científicas.

3 | A PRÁTICA ARQUEOLÓGICA FOUCAULTIANA E OS JOGOS DE PODER

Discurso, enunciado e saber são as palavras-chave que compõem o método da história arqueológica, elaborado pelo filósofo francês Michel Foucault (GIACOMONI e VARGAS, 2010, p. 119). A observação das práticas humanas no cenário social articula-se sobremodo com o entendimento de que os sujeitos são compostos por processos de subjetivação e objetivação, não havendo hierarquias entre ambos, mas coexistências.

É preciso compreender em quais instâncias de saber e de poder os objetos que integram as atividades cotidianas dos sujeitos estão inseridos, sendo arraigados ao campo científico ou não. Ainda, torna-se cabível incorporar os debates referentes às formações discursivas forjadas pelas pessoas aos núcleos institucionais e de sociabilidade a que pertencem, sejam eles aliados à sociedade civil ou política.

Conforme destacam Gondra e Schneider (2011, p. 12) houve um conjunto de práticas concebido para a organização e ratificação do que convencionaram chamar de equipamento escolar na sociedade brasileira: “a questão das idades, dos tempos, saberes, espaços, métodos, professores, gestão, liberdade, gratuidade e obrigatoriedade do ensino”.

Pode-se observar, pela intermediação de suas composições discursivas, como estes dispositivos acabaram por consolidar no cenário social brasileiro do século XIX as distintas concepções educacionais e instrutivas que emergiram em meio às contradições temporais

do período, cabendo demonstrar as rupturas e continuidades históricas concernentes àquele tempo-espço. Nesta perspectiva, Giacomoni e Vargas (2010) evidenciam que: o interesse de Foucault centra-se no discurso real, pronunciado e existente como materialidade (p. 121).

De acordo com Foucault (2009, p. 8):

(...) em nossos dias, a história é o que transforma documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. Havia um tempo em que a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; que poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia – para a descrição intrínseca do monumento. (apud GIACOMONI e VARGAS, 2010, p. 122)

Os propósitos políticos dos agentes envolvidos nos processos de escolarização oitocentistas no Brasil eram variados e se uniram aos objetos - educação e instrução - através das lentes que suas redes institucionais e sociais possibilitavam, após a consolidação de associações científicas que monopolizavam a organização de enunciados que resultaram em multifacetados discursos que acabaram por estabelecer as práticas dos cotidianos nas malhas escolares¹⁸, entendendo-as em suas amplitudes e, deste modo, por meio de iniciativas formais (colégios primários e secundários) e não-formais (preparatórios e aulas avulsas); e sociais, neste caso, tendo como referência o processo educativo, contemplado na abrangência que recobre as múltiplas formas de socialização existentes.

Os suportes históricos e institucionais, igualmente como constitutivos do discurso, admitem ou impedem a sua realização. Quando pertencente a um espaço institucional específico, um sujeito utiliza os enunciados que engendram determinado campo discursivo. Isto significa que ocorre, então, o atendimento aos interesses de cada trama momentânea, pela evidência da concepção de discurso como prática estabelecida no bojo das relações e dos enunciados em constante andamento. (GIACOMONI e VARGAS, 2010, p. 122, c)

O processo de escolarização no Brasil pode ser perspectivado através dos objetos temáticos que foram direcionados a ele, que se aportavam em discursividades que visavam instituir um caráter identitário à nação recentemente emancipada. Os elementos que compuseram estes conjuntos de resoluções e determinações, que comumente eram destinados à educação e à instrução, adquiriam consistência pelo interior de artefatos que atendiam à lógica discursiva político-ideológica vigente. Não obstante, a variedade de práticas sociais que também se integrava à conjuntura sócio-histórica nos demanda, de

18 Exemplifico o papel desempenhado pelos corpos editoriais de jornais e revistas como um dos núcleos institucionais presente nestes debates sobre as disputas narrativas a respeito dos processos de escolarização: Cf. Hofstetter e Schneuwly, 2004; Haenggeli-Jenni et al., 2014.

igual modo, um olhar que perscruta a presença de outros discursos que atuaram na defesa da consolidação de experiências socioculturais e político-econômicas diferenciadas.

Giacomoni e Vargas (2010) afirmam que:

Esta prática discursiva se define como um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa (...). Estabelecido como um regime de prática, os discursos são analisados a partir de documentos entendidos como monumentos; a leitura arqueológica procede então a delimitação das regras de formação dos objetos, das modalidades enunciativas, dos conceitos, dos termos e das teorias com o objetivo de estabelecer o tipo de positividade que os caracteriza (p. 122-123)

Na história do processo de escolarização, as diversas seleções, organizações e construções enunciativas notabilizaram o aparecimento de campos discursivos que objetivavam padronizar variadas materialidades expressas nas relações de poder que se configuravam nas redes públicas e privadas de ensino no Brasil imperial, bem como das outras iniciativas voltadas à educação populacional.

De acordo com Silva (2006), observar o poder como relação e não como algo passível de ser situado em determinado tempo-espaço compreende investigar as nuances que são estabelecidas no cotidiano das práticas sociais. Assim sendo, ao examinarmos a historicidade dos acontecimentos que possibilitaram o destaque atribuído à visibilidade como um dos principais dispositivos dentro das relações de poder e de saber; as forças que agiram em prol da multiplicação das instâncias de poder; assim como a transitoriedade característica dos jogos políticos que se constituem nas práticas humanas quotidianas, podemos inquirir o cotidiano na sociedade disciplinar, que pode ser concebido como uma categoria histórica.

As necessidades e exigências sociais do final do século XVIII e início do XIX atrelavam-se ao vertiginoso aumento populacional que, posteriormente, resultou na explosão de constantes manifestações revoltosas e à ascensão da burguesia pela consolidação do sistema capitalista que promovera o abalo ao status-quo do Absolutismo europeu (SILVA, 2006, p. 7). Tais movimentos propuseram a reelaboração das práticas culturais e dos códigos de conduta, outrora alicerçados na temível atuação dos monarcas que disseminavam suas formas punitivas através de “espetáculos” em praça pública. Isto representa a passagem da sociedade penal para a disciplinar.

A respeito destas mudanças de conjuntura histórica, Silva (2006, p.7) considera que:

A explicitação da força física, material e temível do monarca – o ritual público do suplício dos condenados - perde espaço (Foucault, 2005: 43). Em seu lugar, passou a ser prestigiada o que Foucault chamou de 'reforma psicológica e moral das atitudes e do comportamento dos indivíduos' (Foucault, 1996b: 85), ou seja: o aprisionamento, a prisão (idem: 84).

A nossa chegada com uma “pá de jardinagem”¹⁹ em mãos a este fértil solo do campo da historiografia educacional, que é o da história do processo de escolarização, pode-nos impulsionar, enquanto historiadores(as) da educação, professores(as) em formação e demais interessados(as) no assunto, a observarmos os matizes e contornos diversos que a educação e a instrução assumiram no século XIX, por suas diferentes perspectivas e alcances escalares geográficos. Embora inserido nesta breve imaginação criativa que aqui se vê, reforço a importância adquirida pela metodologia historiográfica foucaultiana – da arqueologia do saber – em nossas investigações, uma vez que possivelmente “cavando”, buscando os nexos causais configurados e ressignificados em englobamentos enunciativos que teceram o pleno ou negligenciado exercício das funções discursivas em distintos tempos-espacos, que pode ser possível problematizar os acontecimentos históricos que fizeram ecoar em nossa contemporaneidade, através de inúmeros jogos de poder e de saber, resquícios de ações que constituem as memórias individuais e coletivas dos sujeitos. E por que não dizer, sementeiras?

Desta maneira, não haveria a necessidade de investigar a origem do fenômeno histórico-social, mas as peças-chave inseridas no grande maquinário da escolarização brasileira que possibilitaram pelas suas interações, aproximações e distanciamentos, a instauração de práticas, símbolos e valores presentes nas relações interpessoais.

4 | CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como pretensão trazer à luz alguns aspectos referentes à história do processo de escolarização no Brasil Imperial. Para tanto, tornou-se necessário observar como variados discursos foram geridos, organizados e consolidados, em graus de relevância diferentes, no campo social, por meio de iniciativas que propuseram a implementação de medidas convergentes à educação e à instrução da população. Ao passo que estas ações se propagaram no Município Neutro e nas demais Províncias, diversas vivências socioculturais e político-econômicas foram verticalizadas e, paulatinamente, experienciadas por grupos identitários cada vez mais heterogêneos.

As investigações a respeito do papel assumido pelas instituições escolares, ao receberem a incumbência de ser o principal espaço de socialização dos sujeitos, demonstram que as ações dos membros das sociedades civil e política, que delinearam as reformas educacionais propiciadoras de seu funcionamento, bem como de outros redirecionamentos que incidiram na gestão das pessoas no período imperial, se inseriam às pré-concebidas aspirações do tipo de ser humano que poderia ser instruído nestes espaços. Logo, tornam-se questionáveis os discursos laudatórios que omitiam as condicionantes sócio-históricas que forneceram os aparecimentos dos edifícios

19 Expressão utilizada para fins didáticos. Reforço as considerações feitas por Machado e Rodrigues (2017), quando das especificidades inerentes à pesquisa histórica em educação.

escolares nos contextos citadinos. É possível afirmar, desta maneira, que o processo de escolarização detinha as particularidades que consideravam os ensejos políticos da elite dirigente no Brasil Imperial.

Cabe ressaltar que a análise da conjuntura brasileira no século XIX demonstra a relevância de seus inevitáveis vínculos com acontecimentos de ordens mais particulares que ocorriam nos cotidianos das pessoas, assim como aqueles que se direcionavam às demais abrangências internacionais atreladas à cultura, ciência, saberes, técnicas etc. Ao situarmos os processos de escolarização a estes debates, evidenciamos a eclosão de diversos modos de subjetivação por parte dos sujeitos sociais, portadores de saberes científicos ou não, que prescindiam ser concebidos em prol de uma passividade, visto que também assimilavam as práticas educativas e instrucionais recebidas através das lentes que suas peculiaridades permitiam.

Era o objetivo que se fazia subjetivo, e vice-versa. A historicidade dos sujeitos sendo elaborada e ressignificada num país em constante efervescência, cujas complexidades e pluralidades sociais que por aqui existiam acabavam por construir um universo geográfico para a organização social do espaço brasileiro.

Luckesi (1994, p. 125), destaca que:

Para a produção do conhecimento da realidade, a primeira posição a ser assumida pelo sujeito é a crítica dos próprios fenômenos da realidade a ser investigada. Ou seja, em princípio, importa que o investigador tenha claro que a realidade não se dá a conhecer imediata e facilmente. Ela tem subterfúgios e manifesta as suas aparências, mas não sua essência.

Tomar conhecimento do processo de escolarização no Brasil oitocentista consiste na elucidação das realidades históricas que o compõe, pela exímia capacidade de penetrar e dominar os fenômenos inerentes às especificidades dos objetos deste conhecimento histórico da educação, ou seja, de transpassar a imprevisibilidade das incógnitas forjadas pelas não menos importantes “aparências” expressas nos discursos organizados por alguns integrantes da classe burguesa sobre o equipamento escolar. Afinal, conforme salientou Luckesi (1994, p. 124): “o conhecimento, no verdadeiro sentido do termo, é aquele que possibilita uma efetiva compreensão da realidade, de tal forma que permite agir com adequação”.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. A.. **História da Educação e da Pedagogia (Geral e Brasil)**. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006.

_____. **Filosofia da Educação**. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006.

CALLAI, H. C. **Estudar o lugar para compreender o mundo**. In: CASTROGIOVANI, A. C. (org.) Ensino de Geografia. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

CASTRO, C. A. **Arquivos e fontes na História da Educação**. In: GONDRA, J.G.; MACHADO, M. C. G.; SIMÕES, R. H. S. (orgs.). História da Educação, Matrizes Interpretativas e Internacionalização. EDUFES: Vitória. 2017. 340p.

FOUCAULT, M.. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GIACOMONI, M.P. et al.. **Foucault, a arqueologia do saber e a formação discursiva**. Veredas – Revista de Estudos Linguísticos: Juiz de Fora, v. 14, n.2, p. 119-129, 2010.

GONDRA, José G.; SCHNEIDER, Omar (Org.). **Educação e Instrução nas Províncias e na Corte Imperial (Brasil, 1822-1889)**. 1. ed. Vitória: Editora da Universidade Federal do Espírito Santo, 2011. v. 1. 486p.

HAENGGELI-JENNI et al. **Une circulation des savoirs pédagogiques, transferts et trajectoires transnationales des savoirs (1850-2000)**. Revue Suisse des Sciences de l'Éducation: Genève, 36 (1), p. 11-15, 2014.

HOFSTETTER, R. et SCHNEWLY, B. **The role of congresses and institutes in the emergence of the educational sciences**. Paedagogica Historica (Special issue), 40 (5 & 6), 2004.

LIMEIRA, A. M et al. “**Resenha: GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro. São Paulo: Cortez, 2008**”. Repensando a educação no Império: uma síntese provisória e incompleta. Revista Educação e Realidade: Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 703-708, maio/ago. 2012.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

MACHADO, M. C.; RODRIGUES, E. **Conversa sobre fontes**. In: GONDRA, J.G.; MACHADO, M. C. G.; SIMÕES, R. H. S. (orgs.). História da Educação, Matrizes Interpretativas e Internacionalização. EDUFES: Vitória. 2017. 340p.

RIOS, Fábio. **Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo**. In: Revista Intratextos, vol 5, núm.1, p. 1-22, 2013.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Filosofia**. São Paulo: Cortez, 1992.

SILVA, José Cláudio Sooma. **Foucault e as relações de poder: o cotidiano da sociedade disciplinar tomado como uma categoria histórica**. Revista Aulas (on-line) /UNICAMP/ ISSN 1981-1225: Campinas: Dossiê Foucault, v. 3, n. 1, p. 1-28, dez.2006/mar.2007.

SILY, P. R. M. “**Resenha: GONDRA, José Gonçalves: A emergência da escola, São Paulo, Cortez Editora, 2018**”. Education Review: Arizona State University, v. 26, 2019.

VARELA, Júlia; ALVAREZ-URIA, Fernando. **A maquinaria escolar**. Teoria & Educação. Porto Alegre, n.6, p. 1-17, 1992.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 33, 34, 36, 37, 38, 42, 43, 44
Análise da Teoria Quântica 103
APENOPE 62, 63, 64, 66, 67, 71, 72
Associação Cruzeiro Jaguareense 47, 48, 51, 59

B

Benedeiras 74, 75, 76, 78, 79

C

Chapecó/SC 74, 75
Conflitos agrários 92
Curandeiras 74, 75, 76, 78, 79

D

Desapropriação de Terras 92, 96, 99

E

Experiências 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 14, 15, 32, 35, 62, 65, 67, 70, 72, 80, 82, 83, 84, 88, 102, 140, 142, 145, 158, 159, 169
Experimento das Duas Fendas 103, 104, 105, 106, 108, 109, 111, 114, 115, 116

F

Fontes orais 74, 75, 76, 77, 79
Formação de Professores 1, 2, 3, 4, 5, 7, 11, 16
Formações discursivas 80, 86

G

Goiás 4, 5, 6, 7, 1, 7, 33, 39, 63, 92, 93, 94, 96, 100, 101, 102, 157, 159, 196
Golpe 17, 63, 176

H

História 2, 11, 16, 25, 30, 35, 47, 48, 53, 59, 60, 61, 67, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 99, 101, 102, 107, 112, 113, 123, 124, 129, 131, 134, 139, 140, 142, 143, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 163, 164, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 180, 181, 183, 185, 189, 190, 192, 193, 196

História da Educação 73, 80, 82, 83, 84, 90, 91

História do Processo de Escolarização 80, 81, 84, 85, 88, 89

I

Interação 1, 3, 7, 10, 33, 34, 41, 43, 44, 53, 109, 111, 114, 115, 133, 192

J

Jaguarão 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61

L

Libras 33, 34, 37, 43, 44, 124

Lógica 23, 24, 27, 29, 87, 95, 103, 105, 107, 108, 110, 115, 116, 144, 162, 167, 168

Lutas 22, 36, 62, 65, 66, 67, 70, 72, 73, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 168, 169

M

Memória 47, 52, 59, 71, 73, 76, 91, 108, 121, 123, 125, 127, 130, 131, 151, 183, 184, 185, 189, 190, 194, 195

Mercado de trabalho 33, 34, 36, 37, 38, 41, 42, 44, 45, 147

P

Patrimônio cultural 47

Política de Saúde Mental 17, 18, 19, 20, 23, 26, 28, 29, 30

Problema da Medição 103, 105, 106, 108, 110, 114, 116

R

Racismo 17, 18, 19, 20, 21, 25, 26, 28, 29, 31, 143, 144, 147, 148, 150, 153, 155, 156

Residência pedagógica 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16

S

Sistemas de Informação Geográfica 74, 75, 77, 79

Surdez 33, 34, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 45

T

Terras devolutas 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102



*Sentidos e Sujeitos:
Elementos que dão
Consistência à História*

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 





*Sentidos e Sujeitos:
Elementos que dão
Consistência à História*

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

